

## MULHERES INTERESSADAS EM POLÍTICA: EVIDÊNCIAS DE UM GRUPO DE CANDIDATAS A CANDIDATAS

Débora Thomé<sup>1</sup>

### Resumo

O Brasil registra um dos piores índices de presença feminina na Câmara dos Deputados entre os países latino-americanos. Diversos são os trabalhos que explicam as múltiplas razões para esta baixa representação de mulheres na política, normalmente recorrendo a variáveis explicativas afeitas ao sistema eleitoral e às restrições no processo de seleção dos partidos, em uma chave de oferta e demanda. Esta pesquisa, porém, se vale de um *survey* inédito (n=132) e entrevistas em profundidade para traçar o perfil da oferta de mulheres candidatas a candidatas, isto é, para identificar processos relativos à “ambição nascente” para a política. O *survey* foi realizado com participantes de um treinamento para mulheres com interesse em se candidatar, que ocorreu em 14 cidades do país. O principal objetivo é entender o perfil destas candidatas a candidatas, sua atuação política e o que as motiva ou as limita na decisão de concorrer a um cargo eletivo. A conclusão é de que a maioria delas enfrenta barreiras na relação com os partidos que as afastam da política antes mesmo de tentarem se candidatar.

**Palavras-chave:** Mulher e política – Viés de gênero – Representação – Partidos – Ambição Política

### Abstract

Brazil has the worst rate of women presence in the Lower Chamber in Latin America. Several works explain the reasons for this low representation of women in Brazil, despite several conditions that should provide a greater female presence. This research uses an unpublished survey (n = 132) and in-depth interviews to outline the profile of women aspirants, focusing on identify the process concerning their “nascent ambition” for politics. The survey was conducted with female aspirants who participated in a training for women in politics, which took place in 14 cities across the country. The main objective of this research is to understand the profile of these aspirants, their political performance and what are the incentives and constrains in their decision to run for an office. I argue that most of them face barriers in their relationship with parties that keep them away from politics even before they try to run for an office.

**Keywords:** Woman and politics – Gender bias – Representation – Political parties – Political ambition

---

<sup>1</sup> Pesquisadora vinculada ao LabGen/UFF. Doutora em Ciência Política pela UFF. Professora do Columbia Women’s Leadership Network. Coautora, com Hildete Pereira de Melo, do livro *Mulheres e Poder*, e autora do livro *Bolsa Família e a Social Democracia*. Ambos editados pela editora da FGV.

## 1. Introdução

O Brasil é um dos países que registram as menores taxas de representação de mulheres na política. A Inter-Parliamentary Union (IPU) apresenta o Brasil na 142ª posição, entre 192 países, sendo o penúltimo da América Latina (IPU, 2021). As mulheres são somente 15% da Câmara Federal e, em média, 16% das que ocupam vagas nas Câmaras Municipais. Entre os estados, apenas um, o Rio Grande do Norte, é governado por uma mulher, e somente uma capital, Palmas, no Tocantins, tem uma prefeita. Dada tal acentuada escassez, principalmente nos últimos 15 anos, diversos estudos vêm tentando entender as razões para esse baixo índice brasileiro analisando, sobretudo, o funcionamento do sistema eleitoral e as instituições do sistema partidário.

Algumas variáveis explicativas relativas ao sistema eleitoral a que costumeiramente se recorre para identificar o percentual de presença de mulheres não dão conta do caso brasileiro. Stockemer (2008) sistematiza algumas delas, para um conjunto de países europeus, entre as quais: 1) Quanto mais proporcional for o sistema eleitoral, mais chances têm as mulheres; 2) Países que promulgam leis estabelecendo cotas legislativas são mais propensos à eleição de mulheres deputadas; 3) Quanto mais tempo fizer desde que as mulheres obtiveram legalmente o voto, maior será sua representação no parlamento; 4) Quanto mais assentos ocupados pelos partidos de esquerda, mais mulheres serão representadas no parlamento. A essas podemos somar o sistema pluripartidário, que incentiva a conquista de mais eleitores, o que facilitaria a inserção de novos atores, no caso, as mulheres (ARAÚJO, ALVES, 2007). A se considerar apenas tais variáveis, elas deveriam sugerir uma maior representação de mulheres na política no Brasil.

Especificamente para o caso brasileiro, algumas pesquisas apontam para o fato de que a baixa representação feminina nos cargos eletivos estaria relacionada a fatores multivariados, identificados em diferentes etapas do processo, tais como a dupla jornada de trabalho das mulheres, o alto custo das campanhas, desenho das cotas no sistema proporcional de lista aberta, a relevância do partido e o capital social individual da mulher (SACCHET, 2012; SACCHET, 2016; ARAÚJO, ALVES, 2007; BOLOGNESI, PERISSINOTTO, 2009; ARAÚJO, 2005; RAMOS, 2020). Avelar (2014), em uma

hipótese alternativa, considera que as mulheres, dadas as dificuldades de entrada na política tradicional, preferiram atuar via movimento social.

Outra chave de análise, bastante proeminente nos estudos de mulheres e política, baseada no estudo pioneiro de Norris e Lovenduski (1995), prioriza o enfoque na trajetória das elites políticas e dinâmicas de seleção de candidatas (KROOK, 2010a; FREIDENBERG, 2018; HINOJOSA, 2012; GATTO, THOME, 2020), chamando a atenção para oferta e demanda nesse percurso; trajetória essa que se inicia com cidadãs elegíveis, candidatas a candidatas, candidatas e eleitas. O modelo abaixo, elaborado por Gatto, Russo e Thomé (2021), a partir dessa chave de análise, tenta identificar os diferentes entraves ao longo do processo<sup>2</sup>.

Figura 1 – A trajetória da/o candidata/o



Fonte: Relatório Mais Representação (no prelo).

Assim, alguns estudos sobre mulher e política no Brasil e na América Latina deslocaram sua atenção para a dinâmica interna de recrutamento e dos partidos e o impacto disso na presença de mulheres (FUNK, HINOJOSA, PISCOPO, 2017; WYLIE, SANTOS, 2016; REZENDE, SARMENTO, TAVARES, 2020; FEITOSA, 2012). Os partidos não podem ser entendidos como instituições neutras, tendo também seu viés de gênero. Tal viés afeta as mudanças institucionais e a forma como os atores políticos

<sup>2</sup> Na Figura 1, o termo de “candidatas a candidatas” foi substituído por “aspirantes”.

desempenham seus papéis (ARAÚJO, 2008; DAHLERUP, 2017). Os processos de seleção de candidatos descentralizados, como o caso brasileiro, enfraquecem as perspectivas de inclusão de mulheres devido à influência dos monopólios locais de poder, que geralmente são controlados por homens.

Ainda que os partidos sejam no Brasil uma condição *sine qua non* para a participação na disputa política, até pouco tempo, a literatura que procurava entender a questão da ausência de mulheres prestava menos atenção ao fato de que lideranças partidárias agem reprimindo intenções e controlando posições de poder. Geralmente, nos partidos, as decisões sobre as listas de pessoas que irão concorrer a um cargo são feitas pelos líderes, reduzindo os candidatos a um universo muito menor de possibilidades (BOLOGNESI, PERISSINOTTO, 2009). Também com foco nas dinâmicas partidárias, Gatto e Wylie (2021), recorrem ao conceito de “práticas formais e informais” para entender o papel das candidatas fictícias, ou *laranjas*, o que afeta as chances de eleição de candidatas mulheres, ao cumprir a cota, mas sem efetivamente garantir o apoio às candidaturas.

Meneguello et al. (2012) destacam o efeito da ideologia sobre as dinâmicas de recrutamento e acesso a recursos políticos, ressaltando que partidos localizados mais à esquerda do espectro ideológico “apresentam-se como possibilidades um pouco mais amplas para a representação das mulheres” (p.6), bem como destacam a intersecção de raça e gênero, que condiciona as mulheres negras a uma dupla desvantagem no processo, também identificada por Shames (2015), em pesquisa feita nos Estados Unidos com pessoas interessadas em política.

No tocante à percepção dos eleitores/as, pesquisas não identificam uma maior rejeição a candidatas mulheres. De acordo com World Values Survey, apenas 6,7% dos brasileiros concordam enfaticamente com a ideia de que “em geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres”<sup>3</sup>. O percentual é menor, inclusive, que o dos vizinhos latino-americanos. Cavenaghi e Alves (2012), também com base em uma pesquisa amostral, inferem que não se pode dizer que os eleitores tenham uma percepção

---

<sup>3</sup> O percentual aumenta para 28,4% se somarmos também o grupo dos que “concordam”.

negativa preconcebida quanto ao desempenho das mulheres em cargos de governo: quase 84% dos eleitores entrevistados afirmaram que votariam em uma mulher para presidente.

Reconhecendo a fundamental relevância de todos esses trabalhos para identificar variáveis explicativas para a baixa representação das mulheres nos cargos eletivos no Brasil, este artigo se propõe a incluir mais uma peça na miríade de fatores que permitem explicar a escassez de mulheres na política brasileira, analisando não variáveis do sistema eleitoral ou das etapas de candidatura, campanha e eleição (ou seja, a demanda dos eleitores), mas, sim, focando sua atenção na oferta, isto é, nas candidatas a candidatas, suas preferências e trajetórias.

O foco, portanto, concentra-se sobretudo no processo que precede às eleições, tentando identificar o perfil de potenciais candidatas e dando enfoque à dinâmica de ambição nascente, recrutamento e incentivos. A “ambição nascente” se refere ao desejo de pertencer à política e antecede a “ambição expressiva”, ou seja, que efetivamente leva à candidatura (FOX, LAWLESS, 2005). As evidências mostram que, candidaturas dependem fortemente de um grau de auto-recrutamento (SHAMES, 2015), baseado na própria percepção sobre possibilidades de sucesso (DITTMAR, 2015; PISCOPO, 2018). Logo, é fundamental identificar fatores que possam estar impedindo que a ambição nascente se torne uma ambição expressiva, isto é, a candidatura.

## **2. O objeto de pesquisa**

Perissinotto e Miriade (2009), Schwindt-Bayer (2011) e Piscopo e Kenny (2020), entre outros, defendem que estudos sobre elites políticas e recrutamento devem ter também como objeto de pesquisa pessoas que buscam ser candidatas, diferenciando-as das que efetivamente são indicadas. Este artigo, portanto, traz informações sobre um grupo a que, até onde se tem conhecimento, foi ainda poucas vezes estudado no Brasil com esta abordagem: mulheres com ambição política nascente.

Para identificar novas evidências que possam ser utilizadas para entender as dinâmicas relacionadas a mulheres interessadas na política institucional, identificando seu perfil e parte de sua trajetória, esta pesquisa se vale de um questionário inédito (n=132) e entrevistas em profundidade semiestruturadas feitas com mulheres interessadas em política, de variados partidos, que participaram de um curso de formação de 3 dias em 14

idades do país, perfazendo todas as regiões, promovido pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e executado pela Universidade Federal Fluminense, em 2016, antecedendo, portanto, a longa lista de cursos que vieram a ser realizados nas eleições gerais de 2018.

A partir dos anos 2010, com o entendimento da relevância de aumentar a presença de mulheres eleitas, diversos cursos preparatórios começaram a se fortalecer nos Estados Unidos (PISCOPO, 2018), tendo, nos anos recentes, se tornado presença constante também em países como México e Brasil. Dittmar (2015) e Bernhard, Shames e Teele (2020) utilizaram tais cursos também como importantes campos de pesquisa para melhor investigar como as dinâmicas que aproximam e afastam mulheres da política, entendendo que decisões pessoais dessas mulheres, ainda que de natureza individual, acabam tendo impacto na vida pública, isto é, na própria disponibilidade de que mulheres em geral decidam se candidatar.

Tendo em vista os maus resultados da participação política feminina no Brasil, no segundo semestre de 2015, a SPM contatou o Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero e a Faculdade de Economia, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), com vistas a elaborar uma proposta de treinamento para mulheres interessadas em participar das eleições de 2016. O projeto foi desenhado por professoras da UFF e, posteriormente, encaminhado à SPM para avaliação. Reuniões foram feitas com as coordenadoras e professoras entre os meses de dezembro 2015 e janeiro de 2016 para elaborar o material das classes, e as primeiras aulas foram ministradas no dia 29, 30 e 31 de março de 2016.

A partir de dois questionários<sup>4</sup> respondidos pelas participantes do curso e de entrevistas, traço o perfil socioeconômico dessas mulheres interessadas em política, buscando identificar obstáculos que enfrentaram ao longo do processo, assim como fatores que as desmotivaram ou motivaram a concorrer.

---

<sup>4</sup> O primeiro questionário foi aplicado pelas coordenadoras do curso, ao final de cada módulo em cada cidade. O segundo questionário foi formulado especial para esta pesquisa e enviado por e-mail e por Whatsapp às participantes do curso.

A abordagem é de caráter descritivo (PITKIN, 1967), não incluindo a discussão do aspecto substantivo ou simbólico, isso é, sobre como essa mulher representa – ou não – as mulheres. A atenção está, portanto, voltada para conhecer melhor a própria decisão da mulher em ser candidata, a entrada no partido e sua nomeação.

### 3. Candidatas a candidatas

Considerando a Figura 1, o objetivo da pesquisa está concentrado no processo que faz com que candidatas a candidatas se tornem candidatas. No entanto, buscamos vozes muito mais relacionadas as suas decisões de se candidatar, ou seja, à forma como apreendem as limitações e incentivos do entorno, bem como sua relação com o partido no que tange à nomeação para a chapa. Caso não houvesse nenhum viés de gênero nas três fases finais da sequência da Figura 1, o percentual de mulheres presentes entre as candidatas a candidatas/os deveria permanecer o mesmo ao longo do processo. No entanto, a literatura aponta para o fato de que os partidos, em seus vieses de gênero, repetem ações que, muitas vezes, desincentivam ou dificultam a candidatura de mulheres, fazendo com que a oferta e demanda nem sempre se equilibrem (KROOK, 2010b).

Uma abordagem comumente feita para entender a qualidade das mulheres da política observa suas características socioeconômicas. Para o caso latino-americano, Hinojosa (2012) mostra que os ganhos das mulheres, em termos de participação no mercado de trabalho e de anos de educação, não se refletiram diretamente em maior participação política. Uma vez que os partidos latino-americanos têm monopólio sobre os candidatos em muitos dos países, as “mulheres reconhecem que o recrutamento e a seleção de candidatos são um impedimento para a participação na representação política” (HINOJOSA, 2012, p. 12). Dados tais como os de educação ou socioeconômicos não permitem referendar a ideia de que o problema está em encontrar mulheres qualificadas para concorrer, uma vez que, sim, existem mulheres aptas a ocupar cargos políticos e integrar chapas. Posições sociais de origem são pontos importantes de estudo quando se trata de recrutamento político (BOLOGNESI, PERISSINOTTO, CODATO, 2016).

Para entender as barreiras para a mulher na política, Hinojosa (2012) propõe observar aspectos presentes na oferta e na demanda. Do lado da oferta, variáveis

independentes tais como divisão sexual do trabalho doméstico, participação no mercado de trabalho, interesse político, nível educacional, entre outros, poderiam ajudar a explicar a baixa presença de mulheres. Do lado da demanda, estaria o viés de gênero das/dos eleitoras/es.

Assim sendo, este artigo tenta responder as seguintes perguntas: 1) Quem são as mulheres interessadas em política? e 2) o que mantém (ou rechaça) as mulheres no ambiente da política formal? Da mesma forma, há uma tentativa de identificar quando ou por que as mulheres decidem abandonar suas pretensões a um cargo eletivo, ou mesmo sequer arriscar a candidatura. E, finalmente, entender os motivos por que as barreiras parecem intransponíveis.

É fundamental entender melhor as mulheres candidatas a candidatas e as estruturas partidárias que constituem o recrutamento de mulheres. Uma das maneiras de fazer isso é observar mulheres que têm um potencial interesse em política; seu perfil, suas vozes e suas trajetórias.

#### **4. Construção e desenho da pesquisa**

O estudo de indivíduos com propensão para uma candidatura política não é de fácil realização, posto o potencialmente inumerável volume de pessoas, com distintos perfis, que poderiam vir a se filiar e a concorrer a cargos eletivos. No entanto, para este trabalho, utilizo dois questionários respondidos, primeiramente, por 531 mulheres e, em um segundo momento, um questionário mais detalhado, respondido por 132 mulheres, as quais participaram dos “Seminários Mulheres na Política”, realizado no primeiro semestre de 2016, ministrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e financiado pela antiga Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)<sup>5</sup>.

O curso intensivo de três dias foi lecionado em 14 cidades (a saber: Florianópolis, Belo Horizonte, São Paulo, Niterói, Campo Grande, Goiânia, Macapá, Manaus, Rio Branco, Fortaleza, Recife, Salvador, Teresina e São Luís), de estados em todas as regiões, de forma não concomitante. Ele contou com três coordenadoras e quatro monitoras. Cerca

---

<sup>5</sup> Participei como uma das monitoras do grupo, dando aulas durante 3 dias nas cidades de São Paulo, Manaus, Fortaleza e Goiânia. Tal contato possibilitou ver as diferentes dinâmicas entre as participantes do grupo.

de 900 mulheres das mais diversas afiliações partidárias e de diferentes movimentos sociais participaram do treinamento, que continha desde informações sobre história das mulheres até preparação de campanha, passando por temas do feminismo e políticas públicas para as mulheres, entre outros assuntos. Além das aulas teóricas, as participantes eram instadas a desenvolver políticas públicas com atenção a mulher, treinamento de imprensa, além de dinâmicas de grupo para aprenderem a lidar com negociação e conflito, tentando reproduzir a vida e debates partidários.

As mulheres participantes foram recrutadas por meio dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM) locais, que tinham total liberdade na escolha e os quais utilizaram estratégias variadas para formarem o grupo; estratégias essas seguindo dinâmicas da política local. Muitas vezes, isso fez com que os OPMs priorizassem, na indicação das vagas, mulheres integrantes ou aliadas do partido na prefeitura ou no governo do estado; em outros contextos, a própria dinâmica de poder local significou maior diversidade partidária entre as candidatas<sup>6</sup>. O recrutamento, da maneira como foi feito, tem impacto sobre a amostra da pesquisa, uma vez que ele atraiu, sobretudo, mulheres já organizadas em torno de movimentos sociais ou partidos. A condição para participar era ter interesse em se candidatar nas eleições municipais – fosse para vereadora ou prefeita – ou nas vindouras. Não era exigida filiação partidária ou nenhuma comprovação de intenção de participação na política partidária.

A primeira pesquisa, feita ao final do curso (n=531), contém informações sobre aspectos como idade, estado civil, filhos, educação, mas também se refere a alguns temas da política *per se*, como ter um parente na política ou participar de um movimento social (MELO, MORANDI, DWECK, 2017). O questionário foi distribuído no último dia de aula, em cada uma das cidades, ao final de todas as atividades. Apenas no Recife, uma das 14 cidades, o questionário não foi realizado por problemas técnicos.

---

<sup>6</sup> Para o caso específico de quatro das capitais – São Paulo, Manaus, Fortaleza e Goiânia – o que se verificou é que a diversidade das alunas em muito acompanhou os processos por que passavam esses municípios. No caso de São Paulo, na época sob prefeitura do PT e governo do PSDB, houve um domínio das vagas por parte do Partido dos Trabalhadores. Tal como disse uma das alunas: “se nosso governo [na presidência] está pagando, vamos treinar as nossas.” Sem embargo, como o governo estadual também tinha participação, houve presença (em número reduzido) de alunas ligadas ao PSDB. No caso de Fortaleza, com forte presença de PCdoB e PT no governo, as vagas foram preenchidas sobretudo por esses dois grupos. Em Manaus e Goiânia, houve diversidade maior em sala de aula, com a presença de alunas pertencentes a grupos e partidos variados.

Este trabalho tem seu começo em um perfil descritivo e analítico deste grupo, reconhecendo a limitação metodológica dado o viés do recrutamento, tentando mapear aspectos comuns entre tais mulheres interessadas em política.

Uma vez que as participantes informaram seus endereços de e-mail, uma nova rodada ampliada do questionário foi feita com as integrantes do curso, usando como base a estrutura do questionário de Bernhard, Shames e Teele (2020). Tais pesquisadoras inquiriram e analisaram um questionário respondido por mulheres democratas que participaram de um treinamento semelhante nos Estados Unidos.

Em sua pesquisa, as autoras concluíram para o grupo de mulheres democratas analisado nos EUA que: 1) 80% das mulheres que ainda não concorreram planejam fazê-lo no futuro em até dois anos; 2) As que tentam são muito bem-sucedidas: 60% se elegeram; 3) Muitas mulheres decidem se candidatar quando estão mais velhas, possivelmente porque diminuem as responsabilidades com a maternidade; 4) Ter que trabalhar impede que muitas mulheres tenham tempo livre para se dedicar à disputa de uma campanha (principalmente se são elas a de maior renda da casa), 5) e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal também é uma preocupação.

## **5. Perfil das participantes da edição do curso de 2016 – primeiro questionário**

Os resultados da primeira pesquisa estão apresentados em um Texto para Discussão da Faculdade de Economia da UFF, de autoria de Melo, Morandi e Dweck (2017). Os dados observados na pesquisa mostram que o maior percentual de participantes (31%) tinha, na época do seminário, entre 41 e 50 anos; o segundo maior grupo (25,8%) estava na faixa dos 31 e 40 anos. Quanto à cor/raça, considerando a soma de pretas e pardas, a maioria de 66% se encaixa na categoria “negra”. Tal prevalência ocorre também na população como um todo, mas num percentual mais próximo aos 55%.

Do total de mulheres que cursaram o treinamento, 67,7% concluíram a faculdade. Esse percentual está bem acima da média nacional (em torno de 21%). Nesse mesmo quesito, fica claro que ter menos anos de educação (ser graduada não era uma exigência do curso) parece afastar as mulheres da política formal (MELO ET AL., 2017). A maioria das participantes (91%) tem um trabalho remunerado.

Em relação ao estado civil, 56% responderam que não eram casadas, 29% afirmaram ser solteiras. Este dado também pode ser reflexo do próprio viés de seleção das participantes, uma vez que o curso pedia uma disponibilidade de três dias de dedicação, dificultando, em tese, a presença de mulheres casadas. A grande maioria dessas mulheres tem filhos: 83,4%. Deste grupo, 60% têm filhos com mais de 14 anos de idade.

Considerando o viés do grupo, a partir dessas informações, foi possível inferir que as mulheres participantes do curso apresentam nível educacional maior que a média da população, têm filhos e não têm um companheiro/a em sua maioria. A política não é sua primeira ocupação. As respostas sugerem que elas encaixam tal atividade em sua vida bastante ocupada<sup>7</sup>.

Do total, 77% das mulheres responderam que participam de movimentos sociais; enquanto 29,2% relataram ter parentes na política (na maior parte dos casos, 37,5%, tratava-se de primos).

**Tabela 1 - Parente na política das participantes do curso (2016)**

Parente na política	Total	%
Prima/o	48	37,5
Mãe/Pai	16	12,5
Irmã/o	14	10,9
Mulher/Marido	13	10,2
Sobrinha/o	11	8,6
Tia/o	11	8,6
Cunhada/o	9	7
Filha/o	5	3,9

<sup>7</sup> Também foi feita às participantes do curso uma pergunta sobre o tempo dedicado semanalmente aos afazeres domésticos, no entanto, as repostas díspares sinalizaram que houve um problema na coleta do dado, assim que Melo, Morandi e Dweck (2017) optaram por não trabalhar com estes indicadores no referido Texto para Discussão.

---

Madrasta/Padrasto                      1                      0,8

---

Fonte: Melo, Morandi e Dweck (2017)

Mesmo ao final do curso, apenas um terço das entrevistadas afirmou querer disputar as eleições daquele ano de 2016 (eleições municipais), mas 47,2% demonstraram interesse quando questionadas sobre próximas eleições. Entre as que decidiram partir para a disputa do cargo, 30% têm parentes na política e 83% participam de movimentos sociais.

**Tabela 2 - Intenção de candidatura entre integrantes do movimento social**

<b>Intenção de candidatura entre integrantes do movimento social</b>			
<b>Município</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Rio Branco	75%	25%	16
Salvador	96%	4%	27
São Paulo	80%	20%	15
Manaus	70%	30%	20
Belo Horizonte	100%	0%	15
Campo Grande	100%	0%	10
Fortaleza	87%	13%	15
Teresina	100%	0%	11
Niterói	71%	29%	17
São Luís	61%	39%	23
Florianópolis	75%	25%	16
Macapá	78%	22%	18
Goiânia	100%	0%	24
<b>Total</b>	<b>83%</b>	<b>17%</b>	<b>227</b>

Fonte: Elaboração própria – Dados de Melo, Morandi e Dweck (2017)

Ainda que essa forte presença de mulheres que participam de movimento social interessadas em se candidatar não permita ampliar a este ponto tal inferência, ela sugere que a tese defendida por Avelar (2014), de que as mulheres optam pelo movimento social em lugar da política formal e dos cargos eletivos, pode ser questionada, uma vez que identificamos um alto percentual de mulheres que participam do movimento social e da política partidária, com intenção de candidatura.

## **6. Candidatas a candidatas em um segundo momento – As eleições de 2016 e**

2018

Para aprofundar o conhecimento sobre mulheres interessadas em política, em meados de junho de 2018, um novo questionário foi enviado às participantes do curso, realizado no primeiro semestre de 2016, cujo e-mail e/ou telefone foram fornecidos à organização. A intenção era identificar padrões e obter informações com maior detalhamento. Tal questionário foi baseado no trabalho de Bernhard, Shames e Teele (2020). O objetivo foi também ampliar informações tais como dificuldades para a candidatura, religião, descrição da participação em movimento social, preferências partidárias, sucesso (ou não) na candidatura, entre outros aspectos.

Como a maioria dos e-mails e telefones das alunas estava disponível, foi possível enviar o questionário, bem como fazer uma busca ativa. No total, foram enviados 564 questionários, via programa *survey monkey*. O questionário era composto de 31 perguntas (ver anexo 1), com o objetivo de traçar o padrão socioeconômico, bem como entender melhor algumas dinâmicas que teriam favorecido ou não que essas mulheres se candidatassem e a visão que tinham do que favoreceu para que fossem eleitas ou não. Havia perguntas tanto abertas, como fechadas. Após o envio do questionário, foi feita uma busca ativa com mensagens e chamadas por *Whatsapp*. Responderam ao questionário 132 mulheres. A partir dele, foram verificados os seguintes resultados descritivos.

### 6.1 Perfil socioeconômico

As respondentes habitavam em todas as regiões, com predominância do Sudeste (42,9%) e Nordeste (32,3%), e eram moradoras de 13 estados do país. Das 132 respondentes, metade era residente de cidades do interior, enquanto a outra metade habitava as capitais dos 13 estados.

Entre as respondentes, registrou-se uma sobre-representação de pretas e pardas, com 98 mulheres se declarando dessa raça/cor (74%); enquanto apenas 32 brancas, não reproduzindo a média da sociedade, de acordo com dados do IBGE. Essa sobre-representação pode estar relacionada à própria dinâmica de mulheres na política, por um lado, conscientes de sua raça/cor, por outro, entendedoras dos ganhos de capital político

com tal postura dentro do movimento social<sup>8</sup>. Ela também foi identificada na pesquisa sobre manifestantes feministas (DAFLON, THOMÉ E BORBA, 2021).

Quanto ao estado civil, 42,2% (57 mulheres), a maior parte, declararam ser solteiras; outras 57 eram casadas (42) ou moravam com alguém. Apesar de um percentual razoável de mulheres casadas, o maior contingente é de mulheres sem um parceiro/a, o que facilita, muitas vezes, a participação da mulher na atividade política por não ser necessária a negociação com o/a parceiro/a para o tempo gasto com esse intuito. O percentual de mulheres solteiras também pode ser atribuído ao viés da amostra, considerando a disponibilidade para responder ao questionário. Meneguello et al. (2012) identificaram em entrevistas feitas com mulheres da política “dificuldades de conciliação entre as dinâmicas das esferas privada e pública, entre a vida familiar e a vida política, como constrangimentos básicos ao maior envolvimento com a política partidária” (p. 7), isso tanto para mulheres de partidos de esquerda, quanto de direita.

Dessas mulheres, 41 não têm filhos, 30 têm apenas 1 filho; 31 têm 2 filhos; 28 tem 3 filhos ou mais. A média e a mediana das idades são muito próximas: 46 é a idade média e 45 anos é a mediana. Em média, elas já ultrapassaram o ciclo reprodutivo. Muitas não têm filhos e a maioria tem filhos com mais de 20 anos de idade, convergindo para a ideia de que as mulheres se candidatam mais tarde, quando lhes sobra tempo para a política. Este mesmo padrão é encontrado para outros países do mundo, o que também tende a encurtar as carreiras das mulheres na política (MURRAY, 2010).

Tentando entender como as múltiplas jornadas de trabalho poderiam impactar na participação política das mulheres, o questionário incluiu uma pergunta relativa ao tempo gasto com os afazeres domésticos, mais especificamente ao número de horas gastas com tais atividades. Apesar da explicação detalhada na pergunta<sup>9</sup>, provavelmente houve um mau entendimento, prejudicando a forma de captar a informação sobre o uso do tempo.

---

<sup>8</sup> Outra possível hipótese reside no fato de que mulheres negras que, muitas vezes, se sentem menos ouvidas, viram no questionário uma forma de apresentarem seus pontos de vista sobre estruturas e instituições generificadas e racializadas.

<sup>9</sup> **Na pergunta, lia-se: “Quantas horas POR SEMANA você gasta com afazeres domésticos (cuidando da casa e dos filhos)? (Some todas as horas. Por exemplo, se você gasta 3 horas todos os dias, são 21 horas POR SEMANA)”**

Algumas respondentes afirmaram, por exemplo, gastar nenhuma hora, ou apenas 3 horas semanais com os afazeres domésticos. Tais respostas sinalizam – embora não comprovem – alguma dificuldade com a pergunta e, portanto, com a forma como foi respondida. No entanto, mesmo considerando esses casos de pontos fora da curva, foi possível identificar que as respondentes gastam, em média 17 horas semanais com o cuidado da casa, o que significa em torno de 2,4 horas diárias. Apesar de a questão das dinâmicas domésticas e dupla jornada ser frequentemente enfatizada para justificar a ausência de mulheres na política, diversos estudos, entre eles, Fox e Lawless (2014) e Gatto e Thomé (2020), este especificamente estudando um caso brasileiro, mostram que tais aspectos não alteram a ambição política de forma significativa na etapa da vida em que essas candidatas a candidatas se encontram.

Outra pergunta, tentando estabelecer um paralelo com a pesquisa feita com as mulheres do Partido Democrata dos Estados Unidos (Bernhard, Shames, Teele, 2020), cuja decisão de concorrer estava bastante relacionada a seu papel como mantenedora da casa, indagava se a mulher exercia algum trabalho remunerado ou não. Além disso, completava o questionamento perguntando se eram as principais responsáveis pelo orçamento doméstico. Um percentual de 82% afirmou ter um trabalho remunerado, enquanto outros 18% das mulheres não eram remuneradas. Sobre a responsabilidade no orçamento doméstico, 59% (a maioria) delas afirmaram que eram as principais mantenedoras, enquanto 41% argumentaram que não. Entre as 132 mulheres que responderam ao questionário, 52 se candidataram. Dessas, entretanto, 26 declararam que não eram as principais responsáveis pelo orçamento e outras 24 (minorias) que, sim, eram as responsáveis (outras duas não responderam esta questão). Ainda que o tamanho das respondentes não permita avançar em uma conclusão definitiva, há uma sinalização ao repararmos que o percentual de candidatas entre mulheres que não são as responsáveis pelo orçamento foi percentualmente maior.

A título de descrição, a maior parte das mulheres (40%) tem renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos. Quanto à formação profissional, 47,73% declararam ter pós-graduação (a pergunta não definia se *lato* ou *stricto sensu*). Somando com aquelas que terminaram a universidade, conclui que 83% têm ao menos superior completo (em média, na população brasileira, esse percentual é de 21%). Schwindt-Bayer (2011) elenca uma série de pesquisas em países latino-americanos, como Costa Rica, Nicarágua, Argentina e Brasil, que indicam que mulheres na política são geralmente mais escolarizadas que a

média das mulheres e também que os homens da política, o que amplia as chances na arena política.

Considerando apenas o perfil socioeconômico das mulheres que participaram do curso e responderam ao questionário, podemos concluir que elas são mulheres com tempo para a política (filhos mais velhos, muitas sem parceiros, tempo gasto com afazeres domésticos não é muito alto), nível educacional alto e renda própria. Logo, a princípio, essas variáveis não poderiam explicar sozinhas a relativa baixa presença das mulheres se candidatando.

### *6.2 Perfil político e de participação social*

Foram 73% as candidatas a candidatas que declararam ser filiadas a partidos políticos; percentual um pouco menor que os 78% das que participam em movimento social. Entre as filiadas, foi indicado que pertenciam a 19 partidos, representantes de todo o espectro ideológico, com maior frequência do Partido dos Trabalhadores (PT), com 32 mulheres, e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), também com 32 mulheres.

A imensa maioria de mulheres que participa de movimento social está ligada ao movimento de mulheres, mas também havia exemplos de movimentos quilombolas, de agricultores, sindicatos, juventude. A convergência entre participar de movimento social, integrar um partido de esquerda e o próprio recrutamento do curso podem dar este perfil ao grupo analisado.

Algo que também chamou a atenção no levantamento foi a forte relação com a religião. Um total de 78% respondeu acreditar muito e frequentar muito (24,2%) ou acreditar muito e frequentar às vezes (53,8%). A maior parcela é de católicas (46 mulheres), seguida por aquelas que têm uma crença nas religiões de matriz africana (umbanda e candomblé), com 26 mulheres, e 25 se declararam evangélicas/protestantes, de variadas linhas. Estudos como o de Machado (2006) chamam a atenção para a religião como uma importante entrada de mulheres na política, principalmente no caso das mulheres de religiões evangélicas.

O capital político, e especialmente o capital familiar, têm implicações de gênero, uma vez que o tipo de parentesco varia se se trata de um homem ou uma mulher. Enquanto

os deputados normalmente são filhos ou irmãos de outro político, as deputadas, por mais vezes, eram esposas de políticos (MARQUES, 2010; PINTO, SILVEIRA, 2018). As mulheres se beneficiaram do capital familiar, mas principalmente como cônjuges. No caso do grupo de candidatas a candidatas, 23,1% afirmaram ter parentes na política, mas a maior parcela era de primos, seguida de longe por maridos.

Das 132 mulheres que responderam ao questionário, 52 (39%) se candidataram e 12 se elegeram (9% do total das respondentes e 23% das candidatas). Das 12 que se elegeram, 11 participavam de algum tipo de movimento social; e 5 tinham parentes na política<sup>10</sup>. As tabelas 3 e 4 mostram a distribuição das mulheres eleitas entre aquelas com parentes na política e/ou participantes de movimento social. Ainda que muito mais mulheres que responderam à pesquisa integrem movimento social, o percentual de eleitas foi maior entre aquelas que combinavam também um parente na política.

**Tabela 3 - Impacto na eleição de ter um parente na política**

Parente + se candidatou	
Sim	Não
15	16
48,4%	51,6%
Parente + se candidatou + já foi eleita	
Sim	Não
5	10
33,3%	66,7%

Fonte: Pesquisa Candidatas a Candidatas, dados coletados entre julho de 2018 e dezembro de 2019 com participantes do Seminário Mulheres na Política / Elaboração própria

**Tabela 4 - Impacto na eleição de participar de movimento social**

<sup>10</sup> Quatro das eleitas tanto tinham parente na política, quanto participavam de movimento social.

Movimento Social + se candidatou	
Sim	Não
42	65
39,3%	60,7%
Movimento Social + se candidatou + se elegeu	
Sim	Não
11	31
26,2%	73,8%

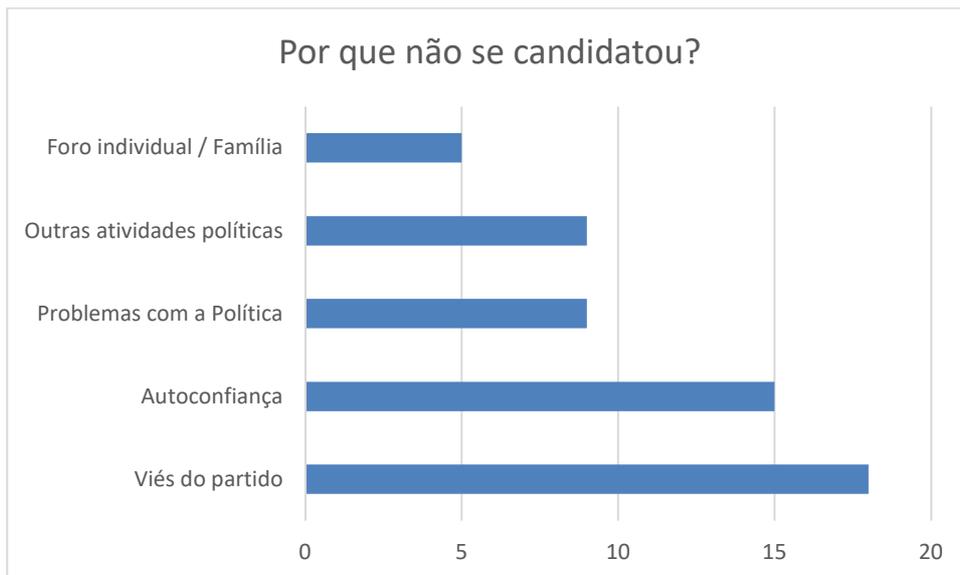
Fonte: Pesquisa Candidatas a Candidatas, dados coletados entre julho de 2018 e dezembro de 2019 com participantes do Seminário Mulheres na Política / Elaboração própria

Entre as 80 mulheres que decidiram não se candidatar, 56 completaram a pergunta aberta sobre os motivos para tal, cuja resposta foi classificada de acordo com os seguintes critérios, adaptados ao contexto brasileiro, com base em Bernhard, Shames e Teele (2020):

1. Problemas com a política, ou seja, relativos à corrupção ou a estruturas que não envolvessem os partidos;
2. Problemas relacionado ao viés de gênero no partido;
3. Questões de foro individual / dupla jornada (família, problemas de saúde);
4. Questões relacionadas à autoconfiança e estímulo pessoal (não estou preparada / na minha casa nunca foi falado sobre);
5. Preferência em atuar apenas no movimento social ou em outras frentes políticas

Da sistematização, temos o seguinte quadro:

### **Gráfico 1 – Motivos para não se candidatar**



Fonte: Pesquisa Candidatas a Candidatas, dados coletados entre julho de 2018 e dezembro de 2019 com participantes do Seminário Mulheres na Política / Elaboração própria

Os dados estão alinhados com as pesquisas que apontam entraves partidários ao desempenho de mulheres (GATTO, WYLIE, 2021; HINOJOSA, 2012), assim como as evidências encontradas, para os Estados Unidos, por Shames (2015).

### 6.3 O papel do partido

Nas perguntas fechadas, sobre apoio do partido, 67,7% afirmaram ter recebido pouco (29,5%) ou nenhum (37,2%) apoio do partido. Nessa mesma linha, a elas foi perguntado “Quais os quatro principais motivos que dificultam que as mulheres sejam candidatas e eleitas no Brasil?” As respondentes podiam marcar até quatro itens. A falta de apoio entre os “donos”<sup>11</sup> dos partidos foi apontada por 84% das candidatas a candidatas, seguida por “custo da campanha”. Um terceiro item que aparece com destaque está na cobrança para que as mulheres sejam melhores que os homens, ou seja, para que suas performances sejam entendidas como superiores, cobrança que aparece também nos textos sobre mulher e liderança no mercado de trabalho, dotada de forte viés de gênero.

<sup>11</sup> A opção pela palavra “donos” estava integrada ao léxico das outras perguntas do questionário, que tentou utilizar termos o mais próximo possível da realidade da vida político-partidária das mulheres pesquisadas. Ainda que a palavra mais utilizada seja “cacique”, optamos por evitá-la.

O quarto fator mais apontado diz respeito à violência contra a mulher na política. Nesse caso, é bom frisar, a pesquisa foi realizada poucos meses depois do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), o que pode ter trazido maior preocupação para tal agenda.

### Gráfico 2 – Motivos que dificultam a presença de mulheres



Fonte: Pesquisa Candidatas a Candidatas, dados coletados entre julho de 2018 e dezembro de 2019 com participantes do Seminário Mulheres na Política / Elaboração própria

O medo de perder eleições, que poderia ser incluído como a aversão ao risco, um obstáculo do âmbito psicológico, de foro individual, é o fator menos citado, com apenas 16% de menções.

A partir dessa série de perguntas e respostas, podemos verificar que, para este grupo que respondeu à pesquisa, feitas as devidas ressalvas de viés: 1) o movimento social é não apenas um caminho de entrada das mulheres na política, mas também um fator de grande incidência entre as que foram eleitas; 2) O partido não atua apoiando a campanha dessas candidatas, ao contrário, é percebido como um dificultador de sua eleição; 3) Tempo não é visto como um problema; 4) A aversão ao risco é bastante baixa.

## 7. Narrativas das participantes

Para entender melhor as dinâmicas das mulheres com interesses políticos que participaram do curso, foram realizadas entrevistas em profundidade semiestruturadas, com duração de cerca de 1 hora, todas por telefone, com oito delas, as quais trouxeram

algumas evidências das diferentes dinâmicas por que passam essas mulheres com interesse pela política. A seleção das mulheres foi feita da seguinte maneira: os grupos foram separados entre mulheres que haviam optado por não se candidatar (*Não Candidata*), mulheres que se candidataram e não se elegeram (*Candidata*) e mulheres eleitas (*Eleita*). Depois disso, foram contatadas por e-mails e/ou *Whatsapp* 10 de cada grupo. Ao final, foram entrevistadas 3 mulheres do grupo *Não Candidata*; 2 do grupo *Candidata* e outras 3 do grupo *Eleita*.<sup>12</sup> Ficou acordado que os nomes e cidades não seriam informados.

O objetivo das entrevistas era entender melhor suas questões individuais, dinâmicas que elas viveram nesta relação com suas famílias, com o partido e com seu eleitorado, bem como tentar identificar novas variáveis que pudessem contar melhor a história da dificuldade das mulheres nesse processo. Por esse motivo, também foram aprofundadas perguntas tais como relativas à divisão do trabalho doméstico, tradição familiar na política, independência financeira. Este grupo, por incluir também mulheres que decidiram não se candidatar, oferece um retrato interessante de um perfil difícil de ser visibilizado: das mulheres com potencial político não realizado pela via institucional-partidária.

De acordo com Pateman (1989), no processo de construção patriarcal das diferenças entre o masculino e o feminino, teria sido retirada das mulheres a capacidade necessária para a vida política. Nesse sistema, são os homens que são determinados e preparados para apresentarem as características requeridas para desempenharem o papel de cidadãos. Tais aspectos são identificados nas entrevistas.

### 7.1 As *Não Candidatas*

Iniciando pelas mulheres que decidiram não se candidatar, há uma aproximação em seu entendimento de que a política pode ser boa, mas, por alguma razão, elas não estão aptas a participar deste jogo: “Nunca tive perfil. Falo o que penso, não abaixo minha cabeça para ninguém. Não sei fazer barganha. Não permito que me manipulem. Política

---

<sup>12</sup> As entrevistas com as *Não Candidata 1, 2 e 3; Candidata 1 e 2 e Eleita 1, 2 e 3* foram todas realizadas em comunicação por telefone entre julho e agosto de 2019.

pede um perfil mais brando, e eu incomodo. Se é um direito, não vejo por que tenho que barganhar com isso” (*Não Candidata 1*, comunicação telefônica, julho de 2019).

Embora participe, já há algum tempo, de diversas ações e movimentos sociais na sua cidade e em municípios vizinhos, no Sudeste, a *Não Candidata 1* optou por nunca se filiar a um partido, uma vez que, afirma, “a corrupção nos partidos é endêmica”.

É também recorrendo à questão dos partidos que a *Não Candidata 2* explica o porquê de não ter se candidatado, isso ainda que seja ela filiada e tenha, em tese, participação nas decisões partidárias em sua cidade, no Nordeste:

O Presidente não me passa nada. Quando vou saber de um seminário ou de um congresso é quando uma amiga me liga. Quero me candidatar, sim, mas não para ser laranja. Me convidaram para ser candidata, mas eu percebo que é só para eu compor a chapa. Só seria se eu ficasse mais à frente das coisas, participasse das reuniões de partido na estadual. Eles não me convidam para as reuniões estaduais (*Não Candidata 2*, comunicação telefônica, julho de 2019).

De acordo com Hinojosa (2012), homens e mulheres consideram com mais intensidade a ideia de concorrer a um cargo se eles tiverem sido convidados pelo partido. Entretanto, homens tendem a convidar mais homens, pelas próprias redes e vínculos sociais pré-existentes; e menos mulheres costumam afirmar que estão concorrendo porque esse sempre foi seu desejo. Ou seja, a mulher é muito mais dependente de um convite, o qual costuma acontecer menos vezes. Para o caso dos Estados Unidos, o que se nota entre os grupos que dominam as nomeações partidárias é que as redes continuam segregando de acordo com o sexo (FOWLER, MCCLURE, 1989).

Na esfera pessoal, tanto a *Não Candidata 1*, quanto a *Não Candidata 2* já não tinham companheiros/as, e as filhas/os eram grandes quando passaram a militar. A *Não Candidata 1* afirma, categoricamente e espontaneamente, que não haveria como ter tempo para militar no movimento social (uma vez que não é filiada) e garantir o sustento do filho.

A terceira entrevistada que optou por não se candidatar (*Não Candidata 3*) tampouco apresenta alguma relação forte com um partido, ao contrário, já participou de campanhas – inclusive presidenciais. “Nunca fui de ter medo de me candidatar, mas sempre achei que era muito para mim. Sempre abria mão.” Mesmo tendo sido convidada

algumas vezes para concorrer a uma vaga de vereadora de uma capital do Sudeste, ela entendia que não estava preparada. A *Não Candidata 3* manifestou intenção de disputar eleições no futuro, depois de mais de uma década atuando nos bastidores.

Nessas três entrevistas, a ideia de que existe um “momento certo” ou um “perfil certo” apareceu de forma reiterada, mesmo que as três tivessem um perfil bem diferente. No caso das duas primeiras, também foi bastante destacada a difícil relação com o partido e o entendimento sobre si mesmas como um ser estranho às dinâmicas dos partidos.

## 7.2 As Candidatas

Duas mulheres candidatas não eleitas foram também entrevistadas. A primeira delas, *Candidata 1*, pertence a uma família de pessoas da política, em uma cidade média do Sudeste, na qual ela foi a primeira mulher a participar da política. A *Candidata 1* não teve apoio do partido ao qual era filiada, mas atribui sua baixa votação ao desempenho problemático do partido no ano em que decidiu se candidatar. Casada e com 4 filhos, o menor deles tinha dez anos durante a campanha. Apesar de ter perdido a disputa pela vaga de vereadora, ela se manteve no partido. Aproveitando-se da brecha de poder que surgiu justamente porque o partido enfrentava uma crise, com perda de praticamente todas as cadeiras na câmara de vereadores de sua cidade, decidiu disputar a presidência e venceu<sup>13</sup>. Assim, a *Candidata 1* descreve o episódio:

A maioria dos grupos tinha candidatos homens, que têm bem mais experiência. E também estava eu, que não fazia parte do grupo A, B ou C. Ficamos por seis horas reunidos na votação da presidência do partido; eles me acusando de eu não ter experiência. Foi aí que falei: ‘mesmo daqui a 100 anos, eu não vou ter a experiência do atual presidente, mas tenho que começar um dia’. Ele não queria disputar no voto, eu não ia retirar minha candidatura. Ele acabou desistindo (*Candidata 1*, comunicação telefônica, julho de 2019).

---

<sup>13</sup> O conceito de “*glass cliff*”, ou “penhasco de vidro”, é bastante usado na literatura sobre mulheres e empresas para classificar situações como esta, em que mulheres ascendem à liderança pelas brechas e oportunidade em tempos de crise.

Mesmo relatando que seu partido “tem paridade para tudo”, a *Candidata 1* relata que há não apenas o machismo de dentro do partido, mas a cobrança de que, por ser mulher, ela tem que ser “mais do que boa”.

A *Candidata 2* também concorreu sem sucesso, mas no interior de um estado nordestino. Ela já era filiada há mais de 18 anos, com forte atuação no movimento social quilombola, quando decidiu fazê-lo. Casada, com dois filhos, tinha um cargo na prefeitura, do qual pôde se afastar.

Contei com o apoio da rede de amigos. Eles também contribuíram para a minha sobrevivência. O trabalho doméstico foi dividido com a família. Eu já sabia que a ausência de casa seria grande, mas não tanto como vi quando fui candidata. Eu passava o dia inteiro conversando com as pessoas, indo a eventos. Minha filha foi internada, meu companheiro é que ficou com ela, porque eu tinha que participar de uma palestra (*Candidata 2*, comunicação telefônica, julho de 2019).

Diferentemente da *Candidata 1*, ela não tinha nenhum parente na política, mas entrou sobretudo via movimento social. Ela atribui a sua derrota à “inexperiência no jogo político”. E afirma: “a gente percebe que por mais que haja um discurso de ‘vamos eleger o grupo’, ‘vamos ampliar’, no momento da prática, as pessoas começam dentro da base aliada uma guerra individual”. A campanha para a vereança de 2016 foi a primeira de que participou. Apesar de “conhecer muita gente na cidade”, a *Candidata 2* mencionou espontaneamente uma situação que também foi mencionada por duas outras entrevistadas, candidatas eleitas:

A decisão política não é só por votar no honesto, competente, ainda existe muito do jogo do benefício próprio, das pessoas votando em quem pode lhes oferecer algum tipo de recompensa, promessa de trabalho, recompensa material, por mais que se saiba que é ilegal, que é errado. As pessoas procuram as que têm maior poder aquisitivo não porque elas vão partilhar o que têm, mas porque, em outros momentos, podem ajudar. Elas se perguntam: ‘a mulher tem condições de fazer isso?’ (*Candidata 2*, comunicação telefônica, julho de 2019).

Outro aspecto mencionado pela *Candidata 2* foi quanto às dúvidas, por parte do eleitorado, relativas à capacidade de as mulheres se imporem, por exemplo, na relação prefeito-câmara.

### 7.3 Eleitas

Borges (2019), trabalhando a questão do clientelismo com um enfoque etnográfico, fornece uma nova interpretação para a dificuldade das mulheres em concorrerem a uma cadeira, assim como saírem vencedoras. Ela afirma que uma das formas de se processar o clientelismo pode ser observada para além da compra de votos propriamente dita, estando mais relacionada à percepção do eleitorado – e, portanto, à atuação dos candidatos – quanto à capacidade de parecer capaz de prover o bem-estar necessário às eleitoras/es no arranjo clientelista. Existe, portanto, uma dimensão de performance, de atuação, por parte das candidatas/os, dada a existência de uma expectativa dos eleitores, que acaba tendo impacto no desempenho dessas candidatas/os. Assim, a dimensão performativa da compra de votos significa que as/os candidatas/os deliberadamente promovem e estimulam algumas impressões não apenas por meio da ação de distribuir recursos, mas também fazendo uso das narrativas, aparência e maneiras que acompanham essa ação. Isso ajuda a sinalizar aos eleitores o papel e a importância do político.

Utilizando outros recursos teóricos, Valian (1999), recorre à ideia de esquemas de gênero (*gender schemas*) para circundar este argumento de uma forma que pode ser transposta ao caso específico das candidatas. Existiriam, pois, arcabouços cognitivos que nos ajudam a identificar e prover explicações a priori para as ações das pessoas; tais chaves cognitivas também nos ajudam a projetar essas ações.

Unindo as duas formulações, o que podemos concluir é que as mulheres, elementos novos, estranhos e alheios, acabam por sofrer, inclusive, por não serem capazes de atuar, de agir, à maneira como se espera delas. Além disso, uma vez que são pouco conhecidas, o eleitorado tende a inculcar nelas aspectos de seu contato prévio em outras esferas (mulheres como relacionadas ao espaço doméstico, por exemplo). Com isso, sua barreira à entrada aumenta ainda mais.

As três candidatas eleitas entrevistadas trazem estas percepções sobre suas próprias experiências. Uma delas, *Eleita 1*, é hoje vereadora no interior do Nordeste. Antes de se candidatar, aos 50 anos, atuou por duas décadas no movimento social na

cidade. Ela já era separada do primeiro marido e seus filhos eram adultos na ocasião da eleição. Em 2019, cumpria seu segundo mandato.

Para conseguir se candidatar, fez uso de uma estratégia para ter poder dentro do partido: investigou nas instâncias eleitorais qual deles se encontrava “caduco” (sem presidência) na sua cidade e foi até a capital para pedir que se tornasse ela a presidenta local. Isso deu capacidade de desempenhar a campanha mais a seu modo, mesmo sem ajuda financeira do partido: “Tive muita dificuldade antes de me eleger, muita gente não acreditava, porque eu era pobre, não tinha dinheiro para comprar voto, lugar de mulher não era sendo política. Às vezes, ouvia das próprias mulheres: ‘é mulher, não tem dinheiro’.” (*Eleita 1*, comunicação telefônica, julho de 2019).

A declaração da vereadora já duas vezes eleita mostra que a performance do candidato/a clientelista é buscada por eleitoras/es quando na hora de decidir o voto. Na primeira vez em que foi eleita, a *Eleita 1* aceitou presidir a CPI que investigou por improbidade o prefeito, que pertencia a sua base. “Na CPI, nenhum vereador teve coragem de ser o presidente.<sup>14</sup> Como nenhum queria, eu quis. Eles começaram a me respeitar mais depois disso, comecei a cobrar direitos das mulheres, me chamavam pessoa difícil de convivência, mas eu falava o que queria.” (*Eleita 1*, comunicação telefônica, julho de 2019).

A *Eleita 2* está mais relacionada à política por pertencer a uma família de políticos. Ela já foi duas vezes eleita prefeita (na primeira, por falecimento do prefeito, já que foi eleita vice) e sempre militou politicamente, dentro dos partidos, em uma cidade pequena de um estado grande do Nordeste. Ela diz: “Temos veia política na família.” A *Eleita 2* não é casada, nem tem filhos. Enquanto era vice, sua campanha consistiu em dar apoio ao prefeito. A candidata entrou na chapa porque uma pesquisa indicou que a população desejava uma mulher. Além disso, como o candidato a prefeito era de um partido mais à direita, queriam ter também alguém mais à esquerda naquela ocasião. Com o falecimento do prefeito, ela assumiu a prefeitura. Quando concorreu à reeleição, a *Eleita 2* já tinha respaldo popular, o que facilitou sua campanha, mas relata que identificou também a questão do clientelismo (e de sua performance) como um complicador da sua reeleição.

---

<sup>14</sup> Mais um caso de “glass cliff”. Ver nota 11.

As candidatas, ao mencionarem o tema do clientelismo, sempre fazem questão de frisar que, “apesar de ser algo errado, apesar de ser algo ilegal, é algo que acontece”. “Na minha reeleição, quando vinham pedir dinheiro a político, não pediam dinheiro para mim, as pessoas ficavam inibidas de pedir dinheiro a mim, o que é algo muito comum de fazerem, mas não para uma mulher.” Ela conta que mesmo com essa questão, conseguiu se reeleger.

Suas dificuldades, porém, seguiram mesmo quando na prefeitura. Segundo a *Eleita 2*, ela sempre recebeu um tratamento diferente, “pois a sociedade acha que a política é mais para homens que para mulheres. Diariamente, a gente tem que tentar se esforçar para firmar neste espaço.” Em sua gestão, teve dificuldade de mudar o timbre da prefeitura nas cartas e a placa de sua sala para “prefeita”, em vez de “prefeito”. “Eram práticas diárias, o tempo todo eu afirmando que eu era prefeita. Até mesmo os documentos para eu assinar vinham escritos ‘prefeito’. Eles estão acostumados com uma estrutura de homens ocupando os cargos.”

A *Eleita 3*, que também participou do curso da SPM e é hoje deputada federal, tendo sido primeiramente eleita vereadora, tem uma trajetória relativamente diferente das demais, mas sobre a qual também menciona a presença das questões que posicionam as mulheres como elementos estranhos à dinâmicas partidárias. Eleita por uma capital do Sudeste, ela estava com 32 anos, havia já terminado o mestrado e tinha um companheiro quando participou de sua primeira campanha, a qual foi exitosa. Sua origem eram os movimentos sociais, de que participava desde os 18 anos. A *Eleita 3* conta que entrou na disputa eleitoral por entender que era necessário estar presente institucionalmente para poder influenciar de forma mais efetiva a gestão nos temas que eram fundamentais aos movimentos que integrava. Juntamente com outras mulheres do movimento social, avaliaram o partido ao qual se filiariam. Mesmo antes de se filiar, ela já tinha exercido alguns cargos no governo.

Quando a gente se filia, abre-se uma outra batalha, que é dentro do partido. A vida partidária consome muita energia, e nós não tínhamos experiências partidárias, eu nunca tinha sido filiada a nenhum partido. São muitos enfrentamentos internos por domínio da estrutura partidária. E meu grupo decidiu não participar dos espaços decisórios justamente para ter independência. Nós temos muitas críticas ao processo interno do partido (*Eleita 3*, comunicação telefônica, julho de 2019).

Apesar de ressaltar que seu partido é dos mais atentos às questões de diversidade, ela vê a sua presença e de outras mulheres, ou seja, a renovação dos quadros, como algo que “desafia a lógica do partido estabelecida antes”, uma vez que os homens tendem a querer controlar processo decisório. A Eleita 3 enxerga uma grande diferença entre a primeira e a segunda campanha no tocante ao apoio do partido: na primeira, ela não teve nenhum apoio; enquanto na segunda, com a mudança nas regras<sup>15</sup> e já um nome proeminente, foi beneficiada.

## 8. Considerações Finais

Sendo o Brasil um país que ainda registra percentuais bastante baixos de presença de mulheres na política, é fundamental que existam pesquisas que se aprofundem nas diferentes etapas do processo de candidatura. Este trabalho se propôs a investigar um campo pouco observado, das mulheres com intenção de participação política, ainda que não partidária.

Entre as várias características do perfil dessas candidatas a candidatas nenhuma delas parece fazê-las menos propensas à participação política. Alinhado ao entendimento de Piscopo (2018), o que se vê é que o problema está menos relacionado à falta de confiança, capacidade e ambição dessas candidatas a candidatas que a uma resposta racional a restrições que identificam em relação ao tratamento que recebem dos partidos. Tanto nas respostas – abertas e fechadas – ao questionário, quanto nas entrevistas em profundidade, esse aspecto se sobressai. As lideranças partidárias continuam sendo vistas como um obstáculo, inclusive, para que sua ambição nascente se torne uma ambição expressiva. Tais limitações moldam a dinâmica institucional do recrutamento político antes mesmo de elas se tornarem candidatas, reforçando a forma generificada como os partidos funcionam.

As entrevistas com as candidatas a candidatas ajudam a reforçar o entendimento de que, apesar das mudanças sociais e de comportamento, tais como mais

---

<sup>15</sup> Nas campanhas de 2018, os partidos foram obrigados a destinar 30% dos fundos partidários e de campanha para as mulheres candidatas.

anos de escolaridade, menor número de filhos; e das mudanças institucionais, tais como as cotas para mulheres, estabelecidas há mais de 20 anos no Brasil, a mulher ainda é um elemento estranho à política – na maioria das vezes, por sua incapacidade de se apresentar como o elemento já conhecido que ocupa aquele lugar: um homem. Esses vários relatos ajudam a evidenciar alguns aspectos pouco mencionados, sobretudo no tocante às mulheres que optaram por não se candidatar ou que perderam a eleição, pouco pesquisadas pela Ciência Política.

Fazendo a análise do grupo de candidatas a candidatas e respondendo às perguntas propostas, pode-se afirmar que: 1) Este grupo de mulheres interessadas em política tem escolaridade alta, em sua maioria não tem parceiros(as) e não considera que haja dificuldades em se candidatar e se eleger por conta da dupla jornada ou por aversão ao risco. Há uma sugestão de que mulheres que não são responsáveis pelo orçamento doméstico estão mais propensas a se candidatar. 2) Um dos principais fatores que incentivaram as mulheres que participaram da pesquisa a se candidatarem é pertencer a um movimento social. Ter um parente na política pode auxiliar o processo, mas não é determinante para a mulher se candidatar. 3) As dinâmicas partidárias são vistas por elas como uma disputa de forças que não favorece sua candidatura ou eleição. Ao contrário, os partidos são considerados estruturas hostis e que refletem as dinâmicas patriarcais do Estado. A “falta de apoio dos ‘donos’ do partido” é apontada na pesquisa como o principal fator para a baixa representação feminina na política, seguida pelo custo de campanha. Além disso, nas entrevistas individuais, todas mencionaram a incapacidade dos partidos de desempenharem e cumprirem seu papel como o bastião da democracia no que concerne a representação.

A imagem do “homem público”, que é recriada de forma constante, dado o volume de homens que já ocupam cargos políticos, ajuda a reforçar a ideia de que naquele espaço não cabem mulheres. Dado esse contexto, para se afirmarem na política, ou seja, decidirem se candidatar, serem escolhidas pelo partido e, por fim, serem eleitas, as mulheres, relativamente novatas nesta arena, precisam enfrentar muito mais barreiras até mesmo que homens novatos. Barreiras essas que extrapolam os seus próprios vieses, passando pelos preconceitos – mais ou menos explícitos – dos partidos e do eleitorado.

Entendida como um elemento que não pertence àquele mundo, ou seja, sob um viés de gênero que a condena ao insucesso a priori, a mulher que se lança à política

enfrenta muito mais desafios que os homens: pela alteridade que representa entre os seus pares da política (é uma mulher) e entre outras mulheres (é uma mulher na política). Essa condição – muito mais que a própria divisão sexual do trabalho doméstico, ou aversão ao risco – apresenta obstáculos para sua inserção que acabam significando o seu afastamento do processo político-partidário mesmo antes de, sequer, enfrentarem uma candidatura.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia Política*, n. 24, 2005.

\_\_\_\_\_. Por que las cuotas no funcionan en Brasil? In: TOBAR, M (ed). *Mujer y política: el impacto de las cuotas de género en América Latina*. Santiago: Catalonia, 2008.

\_\_\_\_\_.; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535 - 578, 2007.

AVELAR, Lucia. Onde as mulheres se representam? Avenida da representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. *Revista Gênero*, Niterói, v. 14, n. 2, 2014.

BERNHARD, Rachel; SHAMES, Shauna; TEELE, Dawn Langan. To emerge? Breadwinning, motherhood, and women's decisions to run for office. *American Political Science Review*, v. 115, n. 2, p. 379-394, 2021.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato.; CODATO, Adriano. Reclutamiento político en Brasil: Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Nueva Época, v. 61, n. 226, p. 247-278, 2016.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 143-169, 2009.

BORGES, Mariana. *The politics of strength: elections, clientelism, and programmatic politics in the backlands of Brazil*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política). Northwestern University, 2019.

CAVENAGHI, Suzana.; ALVES, José Eustáquio Diniz. Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPM, 2012, p. 91-134.

DAFLON, Veronica Toste; THOMÉ, Débora; BORBA, Felipe. Gênero, feminismo e geração: uma análise dos perfis e opiniões das mulheres manifestantes no Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, 2021.

DAHLERUP, D. *Has democracy failed women?* Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2017.

DITTMAR, Kelly. Encouragement is not enough: Addressing social and structural barriers to female recruitment. *Politics & Gender*, v. 11, n. 4, p. 759-765, 2015.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições de 2010: panorama geral de candidatos eleitos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPM, 2012, p.139-166.

FOWLER, Linda; MCCLURE, Robert. *Political ambition: who decides to run for Congress*. New Haven: Yale University Press, 1989.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. To run or not to run for office: Explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 642-659, 2005.

\_\_\_\_\_. Uncovering the origins of the gender gap in political ambition. *American Political Science Review*, v. 108, n. 3, p. 499-519, 2014.

FREIDENBERG, Flavia. “Ellas también saben”: estereotipos de género, resistencias a la inclusión y estrategias para feminizar la política. *Pluralidad y Consenso*, v. 8, n. 35, p. 86-101, 2018.

FUNK, Kendall D.; HINOJOSA, Magda; PISCOPO, Jennifer M. Still left behind: gender, political parties, and Latin America’s pink tide. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 24, n. 4, p. 399-424, 2017.

GATTO, Malu AC; RUSSO, Guilherme Azzi; THOMÉ, Débora. Relatório Mais Representação. Instituto Update. No prelo. 2021.

GATTO, Malu AC; THOME, Debora. Resilient Aspirants: Women's Candidacies and Election in Times of COVID-19. *Politics & Gender*, v. 16, n. 4, p. 1001-1008, 2020.

GATTO, Malu AC; WYLIE, Kristin N. Informal institutions and gendered candidate selection in Brazilian parties. *Party Politics*, p. 13540688211008842, 2021.

HINOJOSA, Magda. *Selecting women, electing women: political representation and candidate selection in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Disponível em: <https://www.ipu.org>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KROOK, Mona Lena. Beyond Supply and Demand: A Feminist-institutionalist Theory of Candidate Selection. *Political Research Quarterly* 63, no. 4, p. 707-20, 2010a.

\_\_\_\_\_. Why are fewer women than men elected? Gender and the dynamics of candidate selection. *Political Studies Review*, v. 8, n. 2, p. 155-168, 2010b.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. FGV Editora, 2006.

MARQUES, Danusa. Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias? In: Encontro da ANPOCS, 34, 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2017.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. DWECK, Ruth. *Mulheres e política: reflexões sobre uma ação afirmativa*. Niterói: Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, jul. 2017. (Texto para Discussão, n. 327).

MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa S; KUBIK, Máira; DOS SANTOS, Mano Fernando Henrique; GORSI, Caroline. *Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Centro de Estudos de Opinião Pública Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

MURRAY, Rainbow. Linear trajectories or vicious circles? The causes and consequences of gendered career paths in the National Assembly. *Modern & Contemporary France*, v. 18, n. 4, p. 445-459, 2010.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. *Political recruitment: Gender, race and class in the British Parliament*. Cambridge University Press, 1995.

PATEMAN, Carole. *The disorder of women: democracy, feminism and political theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, p. 301-333, 2009.

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, v. 24, p. 178-208, 2018.

PISCOPO, Jennifer M. The limits of leaning in: ambition, recruitment, and candidate training in comparative perspective. *Politics, Groups, and Identities*, 7:4, 817-828, 2018.

PISCOPO, Jennifer M.; KENNY, Meryl. Rethinking the ambition gap: gender and candidate emergence in comparative perspective. *European Journal of Politics and Gender*, v. 3, n. 1, p. 3-10, 2020.

PITKIN, Hannah. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

RAMOS, Luciana de Oliveira et al. *Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política*. São Paulo: FGV Direito, SP, 2020.

REZENDE, Daniela; SARMENTO, Rayza; TAVARES, Louise. Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sítios eletrônicos. *Revista Debates*, v. 14, n. 3, p. 43-69, 2020.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, D. (Org.). *Mulheres, poder e política*. Goiânia, Cãnone, 2012, p.159-186.

\_\_\_\_\_. Questões centrais do debate sobre mulher e política no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política - RECP*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 7-13, jan. /jun. 2016.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Women who win: Social backgrounds, paths to power, and political ambition in Latin American legislatures. *Politics & Gender*, v. 7, n. 1, p. 1-33, 2011.

SHAMES, Shauna L. American Women of color and rational non-candidacy: when silent citizenship makes politics look like old white men shouting. *Citizenship Studies*, v. 19, n. 5, p. 553-569, 2015.

STOCKEMER, Daniel. Why are there differences in the political representation of women in the 27 countries of the European Union? *Perspectives on European Politics and Society*, v. 8, n. 4, p. 476-493, 2008.

VALIAN, Virginia. *Why so slow? The advancement of women*. Cambridge: MIT Press, 1999.

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos. A law on paper only: electoral rules, parties, and the persistent underrepresentation of women in Brazilian legislatures. *Politics and Gender*, Cambridge, v. 12, n. 3, p. 415-442, 2016.